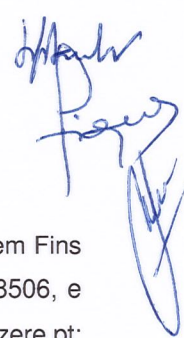


PROCEDIMENTO

Venda de Prédio Urbano



1. ENTIDADE RESPONSÁVEL

Santa Casa da Misericórdia de Alvaiazere (SCMA), Instituição Particular de Solidariedade Social Sem Fins Lucrativos, com sede na Rua Prof. José Maria Castelhão, nº 9, 3250-115 Alvaiazere, NIPC 500868506, e com os seguintes contactos: telefone nº 236 650 050; email: geral@scmalvaiazere.pt; direcao@scmalvaiazere.pt

2. OBJETO

2.1. O Procedimento tem como objeto a celebração de contrato de compra e venda relativo ao prédio:

“Prédio urbano, sito em Rua Eça de Queirós, nº 18, 1050-096 Lisboa (ao Marquês de Pombal), inscrito na matriz predial da freguesia de S. António sob o artigo 481 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Lisboa sob o nº 796/20090324, da freguesia de Coração de Jesus, prédio em propriedade total com andares ou divisões de utilização independente, composto de cave, rés-do-chão e três andares, com quintal para a cave, rés-do-chão e 1º andar, num total de 5 pisos e uma área bruta privativa total de 790 m2, uma área total de terreno de 333 m2 e uma área de implantação do edifício de 173 m2”.

Piso	Tipologia/Divisões	Área Bruta Privativa
C/V	10	152 m2
R/C	10	152 m2
1º andar	11	162 m2
2º andar	11	162 m2
3º andar	11	162 m2

2.2 O prédio encontra-se, nesta data, não totalmente devoluto, por existência de uma inquilina no R/Ch, com renda mensal de € 127,00 (cento e vinte e sete euros), por contrato datado de 01.04.1971, a saber, Maria Conceição Ferreira.

3. MODALIDADE DA VENDA

Por propostas em carta fechada.

4. VALOR - BASE

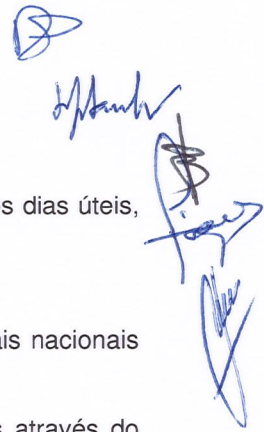
€ 1.050.000,00 (um milhão e cinquenta mil euros).

5. ÓNUS OU ENCARGOS:

O imóvel será vendido livre de ónus ou encargos, assumindo a Instituição proprietária a responsabilidade perante o comprador, nomeadamente pelos registados.

6. NORMAS DO PROCEDIMENTO

6.1. O procedimento é constituído pelas presentes normas, que podem ser consultadas em:



a) Sede da SCMA, na Rua Prof. José Maria Castelão, nº 9, 3250-115 Alvaiaçere, em todos os dias úteis, das 9:30 às 17:30;

b) Site: www.scmalvaiaazere.pt

6.2. O processo de venda será devidamente publicitado por anúncio colocado em dois jornais nacionais diários, dois jornais regionais, jornal local, em sites imobiliários e por informação direta.

6.3. As dúvidas e esclarecimentos relativos às presentes normas poderão ser esclarecidos através do seguinte contacto: direcao@scmalvaiaazere.pt, ou pelos telefones 219 165 298, 913 337 109, 963 331 390, por meio dos quais poderão também ser agendadas as visitas ao prédio dos potenciais interessados.

7. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. As propostas deverão ser apresentadas por escrito, em sobrescrito fechado:

a) Enviado por carta registada com aviso de receção, endereçada à Provedora da SCMA, para a morada da sede, ou

b) Entregue por mão própria, na mesma morada, devendo o apresentante cobrar recibo de entrega.

7.2. Em caso de divergência entre os valores em numerário e por extenso será considerado o último.

7.3. As propostas deverão indicar também, de forma cabal, o nome ou designação do proponente, endereço e contactos e ser acompanhadas de fotocópia do cartão de cidadão ou bilhete de identidade, caso sejam apresentadas por pessoas singulares, ou de certidão emitida pela Conservatória do Registo Comercial ou código de acesso à certidão permanente, válidos e do cartão de cidadão ou bilhete de identidade do(s) seus representante(s) legal(is);

8. DATA LIMITE DE RECEPÇÃO DAS PROPOSTAS

a) Se enviadas por correio, as recebidas até à véspera do dia de abertura.

b) Se entregues pessoalmente, até ao momento da abertura.

9. LOCAL, DIA E HORA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS

Sede da Instituição, em ato público, no dia 15 de setembro de 2015, às 18:30 horas.

10. CRITÉRIO DE SELEÇÃO

10.1. As propostas rececionadas serão ordenadas por ordem decrescente dos valores propostos.

10.2. O imóvel será adjudicado ao apresentante da proposta de valor mais elevado.

10.3. A vendedora reserva-se o direito de não considerar as propostas de valor inferior ao valor base.

10.4. Se o preço mais elevado for apresentado por mais de um proponente, será de imediato aberta licitação entre eles, se estiverem presentes, ou num dos três dias seguintes, em caso contrário.

11. DELIBERAÇÃO E PUBLICIDADE DA ADJUDICAÇÃO

No prazo de três dias, após a abertura das propostas, por edital afixado na sede da Instituição e comunicação a todos os proponentes.

12. PRAZO PARA RECLAMAÇÕES

Nos cinco dias seguintes à publicação.

13. APRECIÇÃO DAS RECLAMAÇÕES

Eventuais reclamações serão apreciadas nos três dias seguintes, pela Mesa Administrativa da Instituição, por deliberação maioritária irrecorrível.

14. DEPÓSITO

14.1. Decididas as reclamações, ou findo o seu prazo de apresentação, o adjudicatário será notificado para, no prazo de cinco dias, enviar cheque visado à ordem da Instituição, ou proceder a depósito ou transferência bancária para conta titulada pela mesma, com o NIB que lhe for indicado, do valor de um décimo do valor da adjudicação, que será havido como sinal e princípio de pagamento.

14.2. O sinal apenas será restituído por motivo justificado e imprevisto, inerente a qualquer das partes.

15. PREFERÊNCIAS LEGAIS

Ressalva-se o exercício do direito de preferência, pelas entidades competentes, nomeadamente pela Câmara Municipal de Lisboa e pela inquilina referida.

16. CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA

16.1. A escritura pública de compra e venda será marcada pelo adjudicatário, em cartório notarial sediado em Alvaíazere ou Lisboa, para prazo não superior a um mês, após comunicação da adjudicação.

16.2. No ato de outorga da escritura, o comprador deverá proceder à entrega de cheque visado, comprovativo de depósito ou transferência bancária do restante do preço, para a conta da titularidade da vendedora, referida em 14.1..

17. JÚRI DO PROCEDIMENTO

17.1. O júri do procedimento é constituído pela Direção da SCMA (Mesa Administrativa).

17.2. As dúvidas ou omissões no âmbito do presente procedimento serão esclarecidas e decididas pelo referido júri, tendo em conta as pertinentes normas do Código de Processo Civil, o interesse geral da instituição e o respeito pelos princípios da igualdade, da imparcialidade e da transparência, na análise das propostas.

SCMA, Alvaíazere, 08 de julho de 2015

A Mesa Administrativa,

